
Editorial

Uma nota sobre a Desejabilidade Social e o Enviesamento de Respostas

DOI: <http://dx.doi.org/10.15689/ap.2017.1603.ed>

No presente Editorial, venho em primeiro lugar manifestar o meu enorme entusiasmo pela publicação em 2017 do terceiro fascículo do volume 16 da revista *Avaliação Psicológica*, que reúne um conjunto de artigos cujo contributo é de enorme relevância para o uso de diferentes instrumentos de avaliação em diversos contextos de intervenção psicológica, tanto ao nível metodológico como ao nível prático.

Em segundo lugar, pretendo retomar a temática abordada por Hauck-Filho (2015) no Editorial do segundo fascículo do volume 14 também publicado na revista *Avaliação Psicológica*, reforçando a sua importância na prática da avaliação psicológica no geral e em alguns contextos em particular (e.g., clínico, forense, organizacional): *o enviesamento de respostas*, com especial enfoque na *desejabilidade social*, por ser esta a sua manifestação mais frequente.

Genericamente, o *enviesamento de respostas* pode ser definido como uma tendência sistemática de alguns sujeitos para responderem aos itens dos instrumentos de uma forma que não é coerente com o conteúdo específico do item nem com o constructo que ele pretende medir. Os enviesamentos de respostas, que dependem das características pessoais, das características dos instrumentos de avaliação utilizados, e dos contextos em que estes são aplicados, são particularmente evidentes quando os sujeitos se reportam aos seus traços de personalidade, atitudes pessoais e comportamentos (Paulhus, 1991; Wetzel, Böhnke, & Brown, 2016). Estes enviesamentos podem circunscrever-se ao contexto (*response set*), quando a situação de avaliação tem uma consequência direta na vida do sujeito (em contextos de avaliação de elevado risco, *high-stakes assessment contexts*; e.g., seleção e recrutamento, fase de inquérito num processo penal), ou podem manifestar-se por meio de padrões ou estilos de resposta (*response styles*) que são consistentes ao longo do tempo e das situações, como um traço de personalidade (Eysenck & Eysenck, 1976; Jackson & Messick, 1958; Uziel, 2010, 2014).

A *desejabilidade social*, que consiste num dos tipos de enviesamento de respostas, pode ser classicamente definida como uma tendência presente nos sujeitos para atribuírem a si próprios atitudes ou comportamentos com valores socialmente desejáveis e para rejeitarem em si mesmos a presença de atitudes ou comportamentos com valores socialmente indesejáveis, quando respondem aos questionários de personalidade e às escalas de atitudes (também referida como *enviesamento de resposta positivo*; *fake good*, fingir-se bom). Neste sentido, em função do contexto e/ou das características da personalidade (traços de personalidade), alguns sujeitos tendem a responder aos itens dos instrumentos de acordo com o que consideram ser o mais correto, aceitável ou desejável, de modo a satisfazerem a sua necessidade de aprovação social e a manifestarem comportamentos condizentes com as normas e os valores da cultura vigente (modelos de Edwards, Marlowe-Crowne; ver Crowne & Marlowe, 1960; Edwards, 1957; Marlowe & Crowne, 1961).

Por seu turno, Paulhus (1984) propôs um modelo mais compreensivo das respostas socialmente desejáveis constituído por dois componentes: a gestão da impressão (*impression management*), que é consciente e intencionalmente utilizada pelo sujeito para criar uma imagem social positiva e evitar a desaprovação por parte dos outros [que envolve *fake good*, defensividade, dissimulação, e que corresponde ao conceito clássico de desejabilidade social e de mentira nos instrumentos de personalidade], e o autoengano (*self-deception*), que não é intencional e que se baseia nas motivações inconscientes e nas características intrínsecas da personalidade relacionadas com autoestima, otimismo, ajustamento e autoeficácia, através das quais é produzido um enviesamento (positivo) nas respostas do sujeito por meio da valorização das suas qualidades individuais positivas (*self-deceptive enhancement*) e da negação das suas características individuais negativas (*self-deceptive denial*) (ver Dodaj, 2012; Paulhus, 2002).

Neste plano, e considerando igualmente o conceito mais clássico, o padrão de desejabilidade social é dependente do contexto (e.g., clínico, forense, organizacional) e manifesta-se quando: o sujeito dissimula deliberadamente, com a intenção de induzir o examinador em erro; o sujeito responde de acordo com o seu autoconceito ideal e não em função da sua autoavaliação; o sujeito é honesto a responder, mas realiza uma autoavaliação desadequada ou imprecisa; ou o sujeito é genuinamente conformista em relação às regras sociais. E as motivações subjacentes a este padrão de resposta, que podem ser conscientes ou não conscientes, são diversas: autoengano, fraca afirmação pessoal, necessidade de atenção, necessidade

de aprovação (desejo de agradar ao examinador), necessidade de autoproteção (desejo de proteger a sua própria imagem), fuga à crítica, conformismo social, entre outros (Anastasi & Urbina, 2000; Eysenck & Eysenck, 1976).

Os enviesamentos incluem também os denominados *enviesamentos de resposta negativos* (*fake bad*, fingir-se mau), dos quais se destacam, no domínio da psicopatologia, a *simulação* (*malingering*, que consiste na produção intencional de sintomas físicos e psicológicos, falsos ou exagerados, motivados por incentivos externos, sendo este comportamento frequente nos contextos clínicos e forenses, por exemplo, como forma de obter compensação financeira decorrente de dano ou de evitar responsabilidade criminal), e no domínio cognitivo, o *esforço insuficiente* (que se manifesta pelo desempenho cognitivo significativamente reduzido nos testes em relação aos padrões de desempenho esperados, igualmente motivados por incentivos externos) (ver Rogers & Bender, 2003; Simões, 2006).

Os enviesamentos de respostas incluem ainda o *estilo de resposta extrema* (tendência para escolher categorias de resposta extremas, de concordância total ou de discordância total), o *estilo de resposta intermédia* (tendência para escolher a categoria intermédia de resposta) – nas escalas de resposta do tipo Likert –, o *estilo de resposta aquiescente* (tendência para escolher a categoria que manifesta concordância), e o *estilo de resposta não aquiescente* (tendência para escolher a categoria que manifesta discordância), que habitualmente se manifestam quando o padrão de respostas se circunscreve à escolha de uma ou duas categorias de resposta, bem como as *respostas ao acaso* ou *respostas não contingentes* (respostas motivadas por descuido ou desatenção que não refletem preferência por nenhuma das categorias de resposta), as quais se caracterizam pela escolha aleatória das diversas categorias de resposta ou pela escolha sequenciada de respostas (Wetzel et al., 2016; Ziegler, 2015).

Com efeito, a mensuração e o controlo dos enviesamentos de respostas, designadamente da desejabilidade social, constitui um tópico essencial no âmbito da avaliação psicológica, uma vez que as distorções produzidas constituem uma ameaça à objetividade e à validade das medidas – sejam elas de autorrelato ou de heterorrelato, com formato de resposta dicotómico ou utilizando escalas de resposta do tipo Likert –, com repercussões nefastas no estudo das propriedades psicométricas dos instrumentos (ao nível da precisão e da validade), na replicação dos resultados das investigações desenvolvidas (inconsistência), e com implicações claras ao nível da intervenção psicológica (na formulação do caso, na elaboração do diagnóstico diferencial, na tomada de decisão clínica, entre outras) (ver Anastasi & Urbina, 2000; Pasquali, 2003; Paulhus, 1991; Tracey, 2016; Weiner & Greene, 2017).

Para mensurar e controlar os efeitos da *desejabilidade social*, por exemplo em contextos clínicos, forenses e organizacionais, é possível recorrer a diversos instrumentos especificamente construídos com esse propósito ou utilizar instrumentos de avaliação da personalidade que incluam escalas de validade. Neste âmbito, existem escalas que contêm itens que avaliam a desejabilidade social através de respostas plausíveis, que descrevem comportamentos socialmente indesejáveis e frequentes – como a Escala de Desejabilidade Social de Edwards (ESDS; Edwards, 1957) e a escala de Mentira do Inventário Multifásico de Personalidade de Minnesota (MMPI/MMPI-2; Butcher et al., 2001), que se encontram associados às características patológicas da personalidade – e escalas que contêm itens que avaliam a desejabilidade social através de respostas improváveis, que descrevem comportamentos socialmente desejáveis e pouco frequentes – como a Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne (MCSDS; Crowne & Marlowe, 1960) e a escala de Mentira do Questionário de Personalidade de Eysenck (EPQ/EPQ-R; Eysenck, Eysenck, & Barrett, 1985), sem relação com comportamentos psicopatológicos (ver Birenbaum & Montag, 1989; Dodaj, 2012). Apesar de ser um dos instrumentos de avaliação da desejabilidade social mais disseminados em todo mundo, a MCSDS original evidenciou algumas limitações psicométricas relacionadas com a multidimensionalidade do constructo, o que levou alguns autores a proporem versões alternativas, sendo as mais representativas as versões reduzidas (Forma A, B e C) de Ballard (1992). A par da MCSDS, também o Inventário Balanceado de Respostas Desejáveis (BIDR; Paulhus, 1984, 1991) e as suas sucessivas revisões, com a designação de Escala de Engano de Paulhus (PDS/BIDR-7; Paulhus, 1998), constitui outro dos instrumentos de avaliação da desejabilidade social mais utilizados. Ainda que se encontrem mergulhados em discussões conceptuais que perduram desde os anos 60 do Século XX (ver por exemplo, de Vries, Zettler, & Hilbig, 2014; Tracey, 2016; Uziel, 2010; Wetzel et al., 2016) e que não se encontrem livres de limitações psicométricas, a administração de instrumentos de autorrelato como os que foram mencionados continua a ser a opção mais adequada (e necessária) para analisar este tipo de enviesamento de resposta (positivo), com resultados de grande utilidade prática, sobretudo se esta análise for enquadrada com os dados provenientes dos instrumentos de avaliação da personalidade.

Do mesmo modo, para mensurar e controlar os efeitos dos *comportamentos de simulação* em contextos clínicos e forenses, podem ser administrados instrumentos que foram especificamente construídos para examinar este tipo de distorção (os denominados *testes de validade de sintomas*) – como a Entrevista Estruturada de Sintomas Reportados (SIRS/SIRS-2; Rogers, Sewell, & Gillard, 2010) e o Inventário Estruturado de Simulação de Sintomas (SIMS;

Widows & Smith, 2005) – ou podem ser aplicados instrumentos de avaliação da personalidade que contenham escalas de validade – como o MMPI/MMPI-2, que possui diversas escalas para o controlo da validade das respostas; em relação ao *esforço insuficiente*, podem igualmente ser aplicados instrumentos específicos (designados *testes de validade dos desempenhos*), como o Teste de Simulação de Memória (TOMM; Tombaugh, 1996), ou alguns subtestes da Escala de Inteligência de Wechsler para Adultos (WAIS-III; Wechsler, 2008). Todos estes instrumentos possuem limitações documentadas (ver Simões, 2006; van Impelen, Merckelbach, Jelicic, & Merten, 2014), mas a sua utilização é fundamental na prática clínica e forense. Apesar da indubitável importância do exame dos *enviesamentos de resposta positivos* (desejabilidade social, *fake good*) e dos *enviesamentos de resposta negativos* (simulação, esforço insuficiente, *fake bad*) através da aplicação de instrumentos de avaliação, os resultados obtidos devem ser sempre cruzados com os restantes dados recolhidos pelo psicólogo no contexto de intervenção (entrevista, observação clínica, relatórios psicológicos, instrumentos clínicos, instrumentos de personalidade, entre outros).

Por último, no contexto de investigação, para detetar os restantes enviesamentos de resposta (estilos de *resposta extrema*, *resposta intermédia*, *resposta aquiescente*, *resposta não aquiescente*, *respostas ao acaso*), é possível recorrer a estratégias de análise de dados e a análises estatísticas para controlar os seus efeitos, tanto no domínio da Teoria Clássica dos Testes como no domínio da Teoria da Resposta ao Item, entre as quais se destacam a análise de regressão, o modelo de equações estruturais, a análise de classes latentes, e o modelo de Rasch (ver Wetzel et al., 2016).

Em conclusão, no âmbito da prática psicológica, o psicólogo deve estar atento à manifestação da desejabilidade social e dos outros tipos de enviesamento de respostas, sobretudo nos contextos de elevado risco (*high-stakes assessment contexts*), e administrar os instrumentos de avaliação disponíveis, de modo a controlar os efeitos destes enviesamentos e a evitar as suas consequências (já mencionadas). Apesar das limitações encontradas, e que exigem interpretações cautelosas por parte do psicólogo, os referidos instrumentos de avaliação têm demonstrado inquestionáveis potencialidades, pelo que se torna igualmente necessário desenvolver e sistematizar os estudos de validação deste tipo de instrumentos com recurso a diversas populações de interesse (especialmente nos contextos clínicos e forenses), assim como estabelecer normas de interpretação mais ajustadas para os diferentes grupos-critério.

Pedro Armelino Almira

Referências

- Anastasi, A., & Urbina, S. (2000). *Testagem psicológica* (7a ed.). Porto Alegre: Artmed Editora.
- Ballard, R. (1992). Short forms of the Marlowe-Crowne Social Desirability Scale. *Psychological Reports, 71*, 1155-1160. <https://doi.org/10.2466/pr0.1992.71.3f.1155>
- Birenbaum, M., & Montag, I. (1989). Style and substance in social desirability scales. *European Journal of Personality, 3*, 47-59. <https://doi.org/10.1002/per.2410030106>
- Butcher, J. N., Graham, J. R., Ben-Porath, Y. S., Tellegen, A., Dahlstrom, W. G., & Kaemmer, B. (2001). *MMPI-2 (Minnesota Multiphasic Personality Inventory-2): Manual for administration, scoring, and interpretation (revised edition)*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.
- Crowne, D. P., & Marlowe, D. (1960). A new scale of social desirability independent of psychopathology. *Journal of Consulting Psychology, 24*(4), 349-354. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1037/h0047358>
- de Vries, R. E., Zettler, I., & Hilbig, B. E. (2014). Rethinking trait conceptions of social desirability scales: Impression management as an expression of honesty-humility. *Assessment, 21*(3), 286-299. <https://doi.org/10.1177/1073191113504619>
- Dodaj, A. (2012). Social desirability and self-reports: Testing a content and response-style model of socially desirable responding. *Europe's Journal of Psychology, 8*(4), 651-666. <https://doi.org/10.5964/ejop.v8i4.462>
- Edwards, A. L. (1957). *The social desirability variable in personality assessment and research*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Eysenck, H. J., & Eysenck, S. B. (1976). *Psychoticism as a dimension of personality*. London: Hodder and Stoughton.
- Eysenck, S., Eysenck, H., & Barrett, P. (1985). A revised version of the psychoticism scale. *Personality and Individual Differences, 6*, 21-29. [https://doi.org/10.1016/0191-8869\(85\)90026-1](https://doi.org/10.1016/0191-8869(85)90026-1)
- Hauck-Filho, N. (2015). *Editorial. Avaliação Psicológica, 14*(2). doi: 10.15689/ap.2015.1402.ed
- Jackson, D. N., & Messick, S. (1958). Content and style in personality assessment. *Psychological Bulletin, 55*(4), 243-252.
- Marlowe, D., & Crowne, D. P. (1961). Social desirability and response to perceived situational demands. *Journal of Consulting Psychology, 25*, 109-115.
- Pasquali, L. (2003). *Psicometria: Teoria dos testes na psicologia e na educação*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Paulhus, D. L. (1984). Two-component models of socially desirable responding. *Journal of Personality and Social Psychology, 46*, 598-609. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.46.3.598>
- Paulhus, D. L. (1991). Measurement and control of response bias. Em J. P. Robinson, P. R. Shaver, & L. S. Wrightsman (Eds.), *Measures of social psychological attitudes – Vol. 1: Measures of personality and social psychological attitudes* (pp. 17-59). San Diego, CA: Academic Press.

-
- Paulhus, D. L. (1998). *Paulhus Deception Scales (PDS): The Balanced Inventory of Desirable Responding – 7*. New York: Multi-Health Systems.
- Paulhus, D. L. (2002). Socially desirable responding: The evolution of a construct. Em H. I. Braun, D. N. Jackson, & D. E. Wiley (Eds.), *The role of constructs in psychological and educational measurement* (pp. 49-69). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Rogers, R., & Bender, S. D. (2003). Evaluation of malingering and deception. Em A. M. Goldstein & I. B. Weiner (Eds.), *Handbook of psychology – Vol. 11: Forensic psychology* (pp. 109-129). Hoboken, NJ: John Wiley & Sons.
- Rogers, R., Sewell, K. W., & Gillard, N. D. (2010). *Structured Interview of Reported Symptoms, 2nd Edition: Professional manual*. Lutz, FL: Psychological Assessment Resources.
- Simões, M. R. (2006). Testes de validade de sintomas na avaliação de comportamentos de simulação. In A. Castro Fonseca, M. R. Simões, M. C. Táborda Simões, & M. S. Pinho (Eds.), *Psicologia forense* (pp. 279-309). Coimbra: Almedina.
- Tombaugh, T. N. (1996). *Test of Memory Malingering (TOMM)*. Toronto: Multi-Health Systems.
- Tracey, T. J. G. (2016). A note on socially desirable responding. *Journal of Counseling Psychology, 63*(2), 224-232. <https://doi.org/10.1037/cou0000135>
- Uziel, L. (2010). Rethinking social desirability scales: From impression management to interpersonally oriented self-control. *Perspectives on Psychological Science, 5*(3), 243-262. <https://doi.org/10.1177/1745691610369465>
- Uziel, L. (2014). Impression management («lie») scales are associated with interpersonally oriented self-control, not other-deception. *Journal of Personality, 82*(3), 200-212. <https://doi.org/10.1111/jopy.12045>
- van Impelen, A., Merckelbach, H., Jelicic, M., & Merten, T. (2014). The Structured Inventory of Malingered Symptomatology (SIMS): A systematic review and meta-analysis. *The Clinical Neuropsychologist, 28*(8), 1336-1365. <https://doi.org/10.1080/13854046.2014.984763>
- Wechsler, D. (2008). *Escala de Inteligência de Wechsler para Adultos – 3a Edição (WAIS-III)*. Lisboa: CEGOC.
- Weiner, I. B., & Greene, R. L. (2017). *Handbook of personality assessment* (2nd ed.). Hoboken, NJ: John Wiley & Sons.
- Wetzel, E., Böhnke, J. R., & Brown, A. (2016). Response biases. In F. Leong, D. Bartram, F. Cheung, K. F. Geisinger, & D. Iliescu (Eds.), *The ITC international handbook of testing and assessment* (pp. 349-364). New York: Oxford University Press.
- Widows, M. R., & Smith, G. P. (2005). *Structured Inventory of Malingered Symptomatology: Professional manual*. Odessa, FL: Psychological Assessment Resources.
- Ziegler, M. (2015). “F*** you, I won’t do what you told me!” – Response biases as threats to psychological assessment. *European Journal of Psychological Assessment, 31*(3), 153-158. <https://doi.org/10.1027/1015-5759/a000292>